



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

LEIDIANE LÚSIA ARAÚJO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO DE PORTO RICO-MA: causas, aspectos e indicadores**

Pinheiro
2019

LEIDIANE LÚSIA ARAÚJO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO DE PORTO RICO-MA: causas, aspectos e indicadores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Licenciatura em Ciências
Humanas do Centro de Pinheiro, da Universidade
Federal do Maranhão, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Licenciada em Ciências
Humanas – Habilitação História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Cunha de
Carvalho

Pinheiro

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Santos, Leidiane Lúcia Araújo dos.

Análise sobre a Emancipação político-administrativa do município de Porto Rico- MA : causas, aspectos e indicadores / Leidiane Lúcia Araújo dos Santos. - 2019. 24 f.

Orientador(a): Prof^a Dr^a. Fernanda Cunha de Carvalho.
Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2019.

1. Emancipação. 2. Melhorias sociais. 3. Representação política. I. Carvalho, Prof^a Dr^a. Fernanda Cunha de. II. Título.

LEIDIANE LÚSIA ARAÚJO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO DE PORTO RICO-MA: causas, aspectos e indicadores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Licenciatura em Ciências
Humanas do Centro de Pinheiro, da
Universidade Federal do Maranhão, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Licenciada em Ciências Humanas – Habilitação
História.

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Fernanda Cunha de Carvalho (Orientadora)
Doutora em Geografia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (UFMA/ Pinheiro)
Doutor em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA/ Pinheiro)
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico
Universidade Federal do Maranhão

ANÁLISE SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PORTO RICO-MA: causas, aspectos e indicadores

Leidiane Lúcia Araújo dos Santos¹

Fernanda Cunha de Carvalho (Orientadora)²

RESUMO

A criação dos municípios no Brasil foi impulsionada pela Constituição Federal de 1988 que definiu novas regulamentações para esse processo no território nacional, vindo a emancipar no Maranhão 217 municípios, atribuindo-lhes ampla autonomia política, financeira e administrativa, entre eles, está Porto Rico do Maranhão, no litoral ocidental. Nesse sentido, este artigo discute o processo das emancipações políticas, além de apontar causas e consequências das emancipações, com discussões teóricas realizadas por vários pesquisadores que analisam este processo. Tratando especificamente do recorte escolhido, objetiva-se analisar se os gestores e a população local consideram o processo de emancipação como positivo ou negativo. A metodologia foi estruturada numa abordagem baseada em referencial teórico e pesquisa de campo, por uma análise comparativa de dados municipais coletados por meio de entrevistas e questionários com representantes políticos e com a sociedade, com fins de identificar de que forma a emancipação pode interferir no modo de viver da população, sobretudo pela avaliação dos setores de saúde, educação, transportes e infraestrutura urbana, antes e depois do processo de emancipação municipal. Os dados comparativos permitem compreender que mesmo com a permanência de uma diversidade de problemas nos setores pesquisados, a população situa como positivo o processo de emancipação municipal, uma vez que constata melhorias nos índices quantitativos.

Palavras-chave: Emancipação. Representação política. Melhorias sociais.

ABSTRACT

The creation of the municipalities in Brazil was driven by the Federal Constitution of 1988 which defined new regulations for this process in the national territory, emanating 217 municipalities in Maranhão, giving them wide political, financial and administrative autonomy, among them is Puerto Rico. Maranhão, on the western coast. In this sense, this article discusses the process of political emancipations, besides pointing out causes and consequences of emancipations, with theoretical discussions carried out by several researchers who analyze this process. Specifically dealing with the chosen approach, the objective is to analyze whether

¹ Graduanda do curso de Ciências Humanas com Habilitação em História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Pinheiro, Maranhão, Brasil. E-mail: leidyane.araujo@hotmail.com.

² Docente do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, Maranhão, Brasil. E-mail: fer_nandacunha@yahoo.com.br

managers and the local population consider the emancipation process as positive or negative. The methodology was structured in an approach based on theoretical framework and field research, through a comparative analysis of municipal data collected through interviews and questionnaires with political representatives and society, in order to identify how emancipation can interfere with the way of the population, especially by evaluating the health, education, transport and urban infrastructure sectors, before and after the process of municipal emancipation. Comparative data allow us to understand that even with the persistence of a diversity of problems in the surveyed sectors, the population considers the process of municipal emancipation as positive, once they observe improvements in the quantitative indices.

Keywords: Emancipation. Political representation. Social improvements.

1 INTRODUÇÃO

A partir da metade da década de 1980 até 1996, houve um crescimento vertiginoso no número de municípios no Brasil. Esse processo veio acompanhado por intenso debate, chamando atenção da sociedade, imprensa e discussões realizadas por vários pesquisadores divididos em dois grupos: aqueles que dizem explicar o porquê das emancipações (CIGOLINI, 1999; LIMA, 2000; PINTO, 2004; ALVES, 2006; NORONHA, 1997 *apud* CIGOLINI, 2009) e outros que buscam mostrar as consequências delas (GOMES; MAC DOWELL, 2000; PINTO, 2003; BEZERRA, 2006 *apud* CIGOLINI, 2009) pois, o território brasileiro passou por um sistema de compartimentação, emancipando 40% dos municípios hoje existentes, e como isso afeta a sociedade, transformando vidas e trazendo o poder público para junto dos cidadãos.

Há defesas de que a criação de novas unidades incentiva a participação política e melhoram a qualidade de vida local, em razão dos investimentos em serviços essenciais, além de possibilitar a construção de espaços para o exercício da cidadania. Outros também, explanam os motivos de cunho político-eleitoreiros que permeiam os processos emancipatórios, as discussões acerca dos repasses de incentivos fiscais e o aumento dos custos para manter em funcionamento estas novas máquinas públicas.

Logo, o confronto entre os pontos favoráveis e desfavoráveis da emancipação municipal, é importante para entendermos algumas relações apriorísticas que se estabelecem no debate até mesmo em uma indefinição conceitual entre fragmentação e divisão, também delineando as mudanças e problemas que permaneceram após a emancipação.

Contudo, a criação de territórios tem estreitas ligações com processos político-institucionais, revelando na maioria das vezes, interesses de ordem política, cultural, econômica, religiosa, militar, entre outros. A construção de novos territórios é permeada por

relações de poder, as quais não são neutras, mas são pré-estabelecidas para que atendam aos interesses de determinados grupos sociais, sejam estes uma instituição governamental, uma empresa, uma grande corporação, um grupo de agentes políticos, etc. As emancipações devem ser analisadas contextualizando essa prática com a dinâmica territorial, pois a ocupação carrega consigo a compartimentação como processo inerente, isto é, a criação de governos locais é considerada como um processo intrínseco à espacialidade humana.

No estudo aqui proposto, objetiva-se analisar se os gestores e a população local consideram o processo de emancipação como positivo ou negativo. Assim, a temática foi estruturada numa abordagem baseada em referencial teórico e pesquisa de campo, por uma análise comparativa de dados municipais coletados por meio de entrevistas e questionários com representantes políticos e a sociedade, com fins de identificar de que forma a emancipação pode interferir no modo de viver da população, sobretudo pela avaliação dos setores de saúde, educação, transportes e infraestrutura urbana, antes e depois do processo de emancipação municipal.

Nesse sentido, essa análise será determinante para compreender a evolução histórico-social dessa cidade, destacando seu crescimento demográfico e fatores econômicos. Assim, a construção de novos espaços políticos locais pode influenciar a própria sociedade, pois, acredita-se que este espaço político é o mais próximo do cidadão, principalmente após a Constituição Federal de 1988.

Este artigo está dividido em mais três capítulos, após esse de Introdução. O capítulo dois discute o processo das emancipações políticas, aponta causas e consequências das emancipações. Em seguida, analisa a divisão municipal no Brasil, destacando como aconteceu no estado do Maranhão. O capítulo três compreende como foi a elevação dessa nova unidade à posição de município, especificamente o processo que deflagrou a emancipação de Porto Rico do Maranhão, se possibilitou as transformações socioeconômicas, implicando em maior justiça espacial para este território. No capítulo quatro são abordadas as Considerações Finais. Em sequência são apresentadas as Referências Bibliográficas utilizadas neste trabalho.

2 EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: algumas considerações

A palavra “Emancipação”, vem do latim *emancipare* que significa declarar alguém livre (ex, significa: fora *emancipare* significa: entregar, transferir, vender). O significado da emancipação é utilizado com a ação de tornar-se livre ou independente. A emancipação política

é associada a independência política de um determinado local, que pode ser: região, estado ou país. Então, é uma conquista da autonomia nessa área, ou seja, o processo envolve toda relação com a política social que visa satisfazer os anseios dos indivíduos de uma dada sociedade.

Por outro lado, agregando outro aspecto filosófico, a emancipação política significa a luta por liberdade, igualdade dos cidadãos em relação ao Estado, perante a lei. Equivalente, a obtenção de direitos políticos que visam certos grupos privados, especificamente está centralizada em prol de um objetivo coletivo.

A palavra município, designava a cidade ou a vila com seu termo e expressava o governo, uma instituição política cujas origens remonta à própria origem do Estado. Essa terminologia de município decorre especialmente da organização política do Império Romano (o *municipium* era no direito romano, a fórmula que expressava essa situação). Em consequência, “[...] as estruturas dos municípios da região Ibérica, entre eles os Portugueses, decorrem das leis romanas, da variedade do direito costumeiro germânico com influências do direito canônico” (JULIATO, 2003, p. 27 *apud* CIGOLINI, 2009, p. 17).

O município foi transferido ao território brasileiro durante o período da instituição portuguesa, passando a designar o governo das cidades e vilas. Ressalva-se, que o termo município é o mais adequado para expressar o fenômeno que se pretende abordar, pois sua criação implica a existência de um novo território como instituição política e jurídica. Em decorrência disso, na produção historiográfica brasileira, é comum encontrar a referência ao município como poder local constituído desde o princípio da ocupação territorial.

Portanto, os municípios brasileiros constituíram-se em territórios autônomos, diretamente responsáveis por sua gestão e aparelhamento atribuídos pela constituição de 1988. Para justificar como estes municípios se constituem há uma dialética no ponto de vista vertical, economicamente, os territórios criados sejam insustentáveis com seus próprios recursos, mas pelo ponto de vista horizontal, socialmente, cumprem uma finalidade primordial de fazer com que todos possam ser assistidos por seus representantes e usufruir de seus direitos.

2.1 A Constituição Brasileira de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil foi aprovada pela Assembleia Nacional em 22 de setembro de 1988 para instituir um país mais democrático, e promulgada em 5 de outubro de 1988, assegurou diversos parâmetros constitucionais, ou seja, é a lei suprema do Brasil. As mudanças na constituição foram destinadas a assegurar maior efetividade

aos direitos fundamentais, permitindo a participação do poder Judiciário se houver ameaças a estes direitos, enfim, permitindo o cidadão viver em uma democracia representativa.

No que tange a criação de municípios, foi fomentada em solo brasileiro, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, compartimentando significativamente a malha territorial em municípios. Destaca Camargo (1999, p. 100 *apud* CIGOLINI, 2009, p. 36): “a contribuição específica da Constituição de 1988 à prática do federalismo foi de conformar juridicamente, em seu artigo 18, o município como ente federativo, em posição equivalente à dos estados e à do Governo Federal”.

A Constituição Federal conferiu aos municípios plena autonomia, outorgando-lhes o status de entes federativos, ao mesmo tempo ampliou significativamente a base das transferências federais. Essas mudanças, associadas a outras prerrogativas, como a derrogação ao âmbito estadual da fixação dos requisitos mínimos para a criação de municípios, contribuíram para uma avalanche de emancipações (ZINKE, 2017, p.3).

Por fim, os municípios passaram a usufruir da autonomia política para eleger seu dirigente executivo e a assembleia legislativa também elaborar a sua lei orgânica. Na área administrativa foi concedida a competência para decidir seu próprio modelo administrativo e nomear seus titulares. Na esfera econômica, receberam alçada para o recolhimento dos impostos, ainda efetuar planejamento de longo prazo e definir seu orçamento. Além disso, passaram a fazer jus ao significativo aumento de receita das transferências, decorrente da ampliação da base tributária dos Fundos Constitucionais e da participação nos recursos do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

2.2 Pacto Federativo

A história do Federalismo no Brasil é um processo sinuoso de estabilização e mudanças, pontuado por crises que dizem respeito ao declínio do Estado. A partir das eleições estaduais de 1982, os governadores tornaram-se atores da chamada transição democrática e impulsionaram a radicalização da matriz federalista no modelo institucional brasileiro (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2010).

A compreensão atual sobre o Estado brasileiro é indissociável dessa nova realidade, isto é, a histórica relação entre União-Estados-Municípios sofreu transformações importantes. O Estados passaram a posicionar-se de forma distinta a partir da ascensão de um personagem, o

prefeito, agora reforçado pela política e institucionalmente federativa. Muitos municípios viram na crise das políticas públicas dos estados e nas dificuldades de gerenciamento dos programas pela União, uma oportunidade para expandir sua ação e oferecer serviços públicos em substituição ou em associação aos governos estadual e federal.

Obviamente, os Estados continuam a ser atores cruciais no arranjo federativo, dada a sua influência na organização dos partidos, sua relação com as bancadas estaduais na Câmara, no Senado e sua importância nas eleições. Gradualmente, o federalismo altera profundamente a dinâmica das políticas públicas no Brasil, mais até que em outros países, tendo em vista os municípios serem atores institucionais desde 1988 (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2010).

Em suma, os Estados preservaram sua importância institucional, mas os municípios tornaram-se entes federativos formais e atores institucionais de maior peso político e acentuado destaque na implementação de políticas públicas. A esta característica da federação brasileira inovada para institucional e formal, agregou-se uma diretriz política consistente, sendo aprofundada ao longo de vários governos e com descentralização voltada para um conjunto expressivo de políticas públicas nacionais.

2.3 Causas e consequências da Emancipação

A criação dos municípios acontece como criação de cidades, ou seja, alguns autores irão explicar que sucedem redes de cidades e o avanço da urbanização. Assim, a criação de governos locais é considerada como um processo típico da espacialidade humana. Então, nota-se que o território brasileiro passou por recortes territoriais em pouco tempo, elevando para um intenso processo de emancipações.

Algumas causas do processo emancipatório foram denominadas administrativas e estariam subjacentes a todos os casos de criação dos municípios. No entanto, outras motivações levaram os municípios, de fato, a buscar a emancipações, tais como: o descaso por parte do município de origem que levou ao desmembramento, pode se destacar interesses de cunho eleitoral e representatividade política por parte de atores que participam do processo também circundam as emancipações. (ZINKE, 2017, p. 5).

Além disso, o acesso ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios), seus benefícios políticos, o controle de recursos públicos e a obtenção de poder, aparecem como motivação. Outros autores consideram a existência de benefícios indiretos através do deslocamento dos recursos para regiões pouco habitadas e desenvolvidas do Brasil. A realocação dos recursos

públicos para regiões pouco exploradas seria capaz de aprimorar potencialidades locais das regiões em processo de esvaziamento populacional, ou seja, incentiva os moradores a permanecerem com suas famílias, evitando o êxodo para os centros urbanos maiores.

Caldas procura desconstruir a hipótese de que os repasses do FPM são determinantes para criação dos municípios. Assim, nem todas as áreas potencialmente aptas buscaram emancipar-se, houve “[...] uma certa indicação de que o FPM não constitui necessariamente um estímulo suficiente para ocasionar os desmembramentos” (CALDAS, 2002, p. 77 *apud* CIGOLINI, 2009, p. 50).

Entretanto, a criação de municípios é explicada por fatores que vão desde a extensão territorial, até fatores como a descentralização, ou seja, questões políticas que resultam de certa compreensão da organização do próprio Estado. Outros extremos também são percebidos, os municípios se emancipam porque apresentam elevado crescimento econômico concentrado ou são lugares pobres. A descentralização política em favor dos municípios gerou um sistema denominado de federalismo municipal, que é a distribuição de poder e recursos da União em favor dos municípios criados, trazendo, como consequência, a intensa proliferação dos pequenos e micro municípios.

Como consequências da emancipação acontecem muitos desperdícios dos recursos públicos, seja pela criação de novas estruturas públicas ou pela ampliação de cargos públicos: como prefeitos, vereadores, secretários municipais, etc. No que diz respeito na proporção pelos recursos fiscais apropriados pelos municípios criados, ou seja, os pagamentos dos salários aos burocratas, em geral reduzem o orçamento estatal e federal que estaria mais vinculados a prestação direta dos serviços e investimentos públicos.

A realidade material de alguns municípios permite questionar “como conceber a criação de um município sob uma realidade material tão acanhada, tão precária?” (BEZERRA, 2006, p. 109 *apud* CIGOLINI, 2009, p. 71). Além disso, a maioria dos pequenos municípios e, ainda mais, os micromunicípios só sobrevivem com repasses da união, aumentando os gastos administrativos governamentais. Na visão de autores sobre a emancipação, compreende-se que os investimentos econômicos e sociais dos municípios mais populosos ou regiões mais produtoras são prejudicados, pois parte da sua renda são transferidas para pequenos, geralmente são setores improdutivos.

Nesse aspecto, a visibilidade dos municípios de pequeno porte repercute a discussão sobre se estes serão capazes para satisfazer as necessidades básicas dos seus habitantes. Pinto relata que um município recém emancipado deve “conhecer sua realidade e analisar a

viabilidade econômica, política e social de sua emancipação político-administrativa, no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas de sua população: saúde, educação, infraestrutura urbana” (PINTO, 2003, p. 5 *apud* CIGOLINI, 2009, p. 67).

Dessa forma, as consequências da criação de municípios apontam para duas direções. Por um lado, novas máquinas públicas e os recursos necessários para mantê-la são tidos como um aspecto negativo do fenômeno. Por outro lado, as pesquisas que se debruçaram sobre os efeitos locais, ou seja, nos lugares que sofreram processos emancipatórios, constataram que tais efeitos são positivos e sob diversos aspectos: a aplicação dos recursos públicos resulta numa reestruturação da vida local, em termos de acesso a direitos fundamentais dos cidadãos.

2.4 O processo de divisão municipal no Brasil e Maranhão

A federação brasileira teve destaque por algumas características que favoreceram a malha municipal brasileira, sobretudo relacionadas à obrigatoriedade do sistema de divisão dos poderes entre os órgãos políticos locais que não permitiram que fossem adotadas outras formas organizativas.

O Brasil, no ano de 2009, possuía 5.563 governos locais, sendo todos considerados municípios. Krell afirma que assim como a União e os estados, na sua área de jurisdição territorial, o município é detentor legítimo de poder estatal, tendo autonomia de natureza política e administrativa.

Sob o aspecto formal, o município brasileiro certamente é a entidade territorial local investida da autonomia mais abrangente no mundo inteiro. No exercício de suas atribuições, ele atua em absoluta igualdade de condições com as outras esferas governamentais; os atos municipais independem de prévia autorização ou de posterior ratificação de qualquer outra entidade estatal (KRELL, 2003, p. 46 *apud*, CIGOLINI, 2009, p.33).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente existem 5.570 municípios no país, dessa forma, o fenômeno emancipatório poderia ser melhor entendido na escala de cada região ou estado (ALVIM, 2018). Constata-se que existe variação nas motivações regionais sendo o quadro da divisão municipal do Brasil apenas uma referência. Em suma, o município é um recorte político-territorial importante para o Brasil, pois é nele que reside uma grande função política: o fortalecimento da cidadania.

Na região Nordeste, o Piauí apresentou a maior quantidade de desmembramentos, com um acréscimo de quase 50% no número de municípios, exigindo o mínimo de 4.000 habitantes

para o novo município. O Maranhão, em segundo lugar na região, com quase 38% de aumento no número de municípios, estabeleceu o mínimo apenas 1.000 eleitores, onde ocorreram muitas emancipações.

Quadro 1 – Os dois municípios com mais desmembramentos do Nordeste

Nordeste	Municípios criados 1989 e 2001	População requerida p/ Emancipação 1996	% de municípios criados 2001	Total de Municípios 2001	% aumento População dos estados 1991 e 2000
Piauí	104	4.000	47,1	221	10,1
Maranhão	81	1.000	37,5	217	14,6

Fonte: Dados de população dos Censos Demográficos do IBGE ([2010]).

No Estado do Maranhão, as divisões municipais que ocorreram a partir da segunda metade do século XX teriam como motivação a superação do transporte ferroviário em relação à navegação fluvial, que teria permitido melhor acesso ao sertão, incentivando o povoamento de todas as regiões do estado. Em decorrência, aconteceu outra motivação, a expansão agrícola para áreas que estavam à margem dos processos de desenvolvimento, tendo provocado crescimento populacional e urbanização, o que teria levado às emancipações.

Os estudos recentes sobre o fenômeno emancipatório nesse estado se pautam mais por interesses de cunho ideológicos que contribuiriam para a causa municipalista. De fato, as explicações são díspares, de um lado, as emancipações como crescimento econômico não concentrado, radicalização da democracia, eficácia da gestão pública e, de outro, as emancipações como desequilíbrio fiscal.

Ayres (2001 *apud* CIGOLINI, 2009), ao analisar os planos de desenvolvimento e reforma no Estado do Maranhão nos últimos anos, mostra que a criação de municípios embora tenha ocorrido bastante na última década, quando saltou de 136 para 217 municípios, não foi considerada em nenhum plano. O que corroborou a afirmação de que os municípios surgem espontaneamente, a partir de iniciativas específicas e não dentro de um plano de desenvolvimento.

3 EMANCIPAÇÃO DE PORTO RICO DO MARANHÃO

As emancipações dos municípios sempre geraram muito debate nos meios políticos, acadêmicos, técnicos e na mídia em geral, em razão do pressuposto que geram mais despesas do que receitas. Ainda se argumenta que municípios novos dependem integralmente, em termos financeiros, da União e de seus respectivos Estados.

As pesquisas inerentes a emancipação municipal aqui analisada (Porto Rico do Maranhão), foram minuciosas, buscando a imparcialidade e autenticidade. Também foram feitas entrevistas com os respectivos gestores da cidade e aplicação de questionários com a população para compreender todo esse processo.

O processo de ocupação revelado mediante algumas pesquisas, indicaram que há pouco mais de 50 anos existiam três ranchos de pescadores que sobreviviam da pesca numa raia de um povoado conhecido como Por Hora é Bom. Gradativamente, a maré aumentou e fez desaparecer essa localidade e os habitantes migraram para o povoado de Quebra Bico, desconhecendo a razão deste nome. Mais tarde, passou por ali um barco de origem estrangeira de um cidadão conhecido como Beckman que se instalou nesse lugar com seus familiares, e também abriu um comércio perto da orla marítima, fazendo exportação dos produtos comprados para São Luís (NICACIO; ARAUJO, 1997).

A toponímia do município decorre de um fato bem interessante, então Beckman dirigiu a São Luís para reabastecer o seu comércio, colocou o endereço de Quebra Bico para entrega da compra e o vendedor Moreira Sobrinho achou o nome feio e sugeriu Porto Rico, sem nenhuma contestação ele teria colocado na nota fiscal e ao chegar no povoado comentou com a população, que aderiu o nome sugerido.

Entre os municípios emancipados no Nordeste, localiza-se no Estado do Maranhão, precisamente na região Norte maranhense está o município de Porto Rico do Maranhão, desmembrado do território de Cedral-MA no dia 10 de novembro de 1994, por meio da lei nº 6.134, tendo o projeto de emancipação liderados pelo jovem advogado Luís Henrique Diniz Fonseca, com o apoio do Deputado Estadual Clodomir Paz. Na época, a população estimada era de 6.085 habitantes, com área territorial aproximadamente de 200 km². Além da diversidade dos recursos naturais com seus igarapés, praias selvagens e aves migratórias fazem do município um dos mais ricos municípios no Maranhão, sendo referência para o ecoturismo localizado em meio as Reentrâncias Maranhenses (NICACIO; ARAUJO, 1997).

Todavia, o anseio pela emancipação de Porto Rico do Maranhão, entre outras justificativas, está pelo abandono por parte do município-mãe no que diz respeito aos serviços públicos essenciais. Assim, vigorou durante os anos seguintes a ideia de independência, ganhando forma e força junto à população e aos políticos locais. Em 1996, os moradores de Porto Rico do Maranhão tiveram sua primeira eleição municipal.

A história dos portoriquenses na política foi marcada por ter como primeiro prefeito o Dr. Luís Henrique Diniz Fonseca, vencendo a eleição (com apenas nove votos de diferença do

segundo candidato). O mesmo argumenta que o processo de emancipação política de Porto Rico do Maranhão foi uma alavanca para o desenvolvimento de toda a área emancipada, que ganhou gestão própria e seus gestores proporcionaram aos seus habitantes, mais saúde de qualidade, educação de destaque, infraestrutura e mais qualidade de vida. Com a proximidade da administração, os habitantes puderam reivindicar melhorias de seus representantes e cobrar do governo do estado e governo federal mais atenção.

A gestão do primeiro Prefeito iniciou em 1º de janeiro de 1997, foram feitas ações de extensão com apoio ao associativismo, criando entidades não governamentais para que surgisse um espaço para planejamento participativo e desenvolvimento de ideias que emergiram das plenárias com a população (orçamento participativo). Assim começaria a “Construção de um Município”, pois eram gritantes os desafios encontrados para estruturar a pequena cidade. Foram feitos vários planejamentos administrativos do prefeito e sua equipe com o objetivo de trabalhar políticas públicas e proporcionar mais agilidade em suas ações, porém, como prefeito reeleito sua administração foi inoperante.

Resumidamente, o próximo prefeito, Celso César do Nascimento Mendes, também fez o que a população conceitua como um bom trabalho, mas lançou-se candidato a reeleição e venceu, então o desenvolvimento estagnou e alguns setores tiveram retrocessos.

As próximas eleições são ocupadas por mulheres no poder. Em 2014, pela mulher do primeiro gestor da cidade (Rosa Ivone Braga Fonseca), que para ela o processo de emancipação da cidade teve vantagens para a população, já que o município “Mãe Cedral” apresentava inúmeras dificuldades em distribuir as diversas políticas públicas. Acredita que pelo território ser grande, os povoados mais distantes sempre eram prejudicados pela oferta de serviços públicos. Assim, com o desmembramento, Porto Rico do Maranhão avançou consideravelmente na área da saúde, educação e infraestrutura.

Atualmente foi eleita uma jovem médica, filha do ex-prefeito César (Tatyana Andrea Mendes Sereno), que analisa que o processo político de emancipação atendeu a lei estadual dentro do período definido em lei federal, assim como em vários outros municípios emancipados dentro do mesmo período no Estado do Maranhão. Sua gestão é considerada pela população como uma das mais ineficientes administrações desse município, já que como médica não priorizou nem mesmo a saúde. Alega-se que o que ela mais fez, foi aproveitar os prédios existentes e fazer pinturas, reinaugurando-os.

A emancipação municipal dessa cidade não era para torná-la grande receptora de empresas ou demandas de serviços especializados. Entretanto, esta ação acabou promovendo

melhorias sociais à população residente no território emancipado (seja zona urbana ou rural). Percebe-se que a realidade deste município, evidencia contextos diferenciados daqueles centros urbanos maiores ou da dinâmica econômica mais premente, atuando, por exemplo, na comercialização de produtos agrícolas em pequena escala destinados a subsidiar o mercado interno. Não obstante, já contam com muitos serviços que até pouco tempo não tinha, tais como: sistema bancários, internet, sistema de telefonia fixa e móvel e outros.

Em suma, a emancipação de pequenos municípios e micromunicípios acaba sendo legitimado por situações econômicas e sociais deficitárias. A maioria possui um núcleo urbano pequeno e com característica rurais, sendo a base da economia, a agropecuária e enfrentam dificuldades na geração de renda e empregos, na oferta de infraestrutura, de espaços para lazer e atendimentos especializados em saúde e educação.

3.1 Causas da emancipação

Para entender as causas da emancipação política em Porto Rico do Maranhão, vale destacar as argumentações plausíveis das entrevistas com as autoridades locais e a aplicação dos questionários à população, tanto da zona urbana como da rural, para obtenção das informações referentes às condições da localidade, antes e após a emancipação.

Os motivos que culminaram na emancipação política de Porto Rico do Maranhão, para um prefeito, foram o desejo de uma região que era mal assistida com políticas públicas de responsabilidade do município de Cedral, desejava sua autonomia político-administrativa para que com uma gestão própria pudesse obter mais atenção do poder público e melhorias para qualidade de vida dos seus habitantes. Diante desse desejo, as lideranças políticas dessa região buscaram os meios legais que desaguaram no processo de emancipação.

Para uma gestora, teve a motivação de autonomia municipal, a população da região teria sentido a necessidade de comandar os seus próprios destinos, que aproveitou a oportunidade do acesso ao processo de municipalização. Já para outra gestora, as motivações culminaram no projeto de emancipação política, surgiram quando o povoado pertencente ao município de Cedral-MA, já se destacava pelo crescimento e características de independência com relação ao município “mãe”, motivando a necessidade de tornar-se independente política, econômica e administrativamente.

Enfim, os prefeitos que apresentaram mais de uma resposta, associaram o descaso do município de origem e efeitos urbanísticos como fatores combinados, ou seja, especificamente

os critérios macroeconômicos associados à expressão da população que almejava por um desenvolvimento local que impulsionasse mais o socioeconômico da região.

Com base nas análises dos questionários aplicados várias pessoas disseram ser favoráveis ao desmembramento do município, e que tal fato teria surgido da necessidade dos habitantes que sofriam pelo descaso por parte da administração do município de origem. Quanto mais distante estivesse a população da sede do município, mais complexo ficaria para atender seus anseios, então reivindicavam pela emancipação. Além de levar em consideração os agentes sociais locais, a atuação das elites políticas locais/regionais, bem como o contexto socioeconômico vivido pelo país ao longo de todo processo.

Os benefícios para o município foram poder escolher seu prefeito e vice-prefeito e seus vereadores, com isso legitimar seus representantes, para que estes fossem em busca de recursos e projetos que visavam a promoção do desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Além disso, os benefícios para a população na redução das desigualdades em relação ao município “mãe” e aos demais municípios, foram citados: Fortalecimento da cidadania com incremento e renda local, advinda principalmente de empregos no setor público, território organizado, facilitando o acesso as políticas públicas e desenvolvimento e crescimento estrutural e não estrutural.

Todavia, os benefícios citados pelos cidadãos portorriquenses são diversos. A partir da emancipação o município tornou-se independente, recebendo recursos e benefícios diretamente, o que trouxe consigo o desenvolvimento, não só para a população, com a abertura de oportunidades para melhor qualidade de vida, como também possibilitou que o ex-povoado oferecesse melhores serviços públicos a população, como saúde, educação, assistência, infraestrutura, antes dependente do município mãe.

Em suma, os impactos sociais nas comunidades emancipadas são expressivos, pois com a obtenção de maior autonomia, os territórios acontecem ganhos na qualidade de vida em todas as áreas, principalmente em educação, saúde e infraestrutura urbana. Com mais autonomia, as populações das localidades conquistam maior acesso a serviços públicos que, por sua vez, não estavam disponíveis ou mesmo acessíveis quando pertenciam a seus municípios de origem.

3.2 Aspectos favoráveis e desfavoráveis da Emancipação

Para justificar como este município se constituiu no processo emancipatório, se o mesmo emanou a justiça espacial, foi preciso ouvir a população, o cidadão comum que compõe

a sociedade civil e não somente os administradores municipais. Assim, o confronto de posições é fundamental para averiguar se o município promoveu as melhorias básicas para seus habitantes.

Comparando a realidade que vivenciava a população antes da emancipação, era tudo com muita dificuldade em todos os setores, reproduzindo aquilo que vemos no capitalismo, prevalecendo muitas desigualdades sociais. Surgiu a necessidade da emancipação e parcerias com escalas do governo (estado e federação) para que ações e políticas públicas voltadas para promover o bem-estar chegassem às áreas abandonadas.

No aspecto favorável as autoridades municipais argumentam maior presença do gestor público (estando o gestor mais próximo da população, torna-se mais fácil atender as necessidades individuais e coletivas). Outros aspectos seriam a criação de regras, normas e leis que visem o melhor para o município e acesso eficaz às políticas públicas (como exemplo de melhorias podemos citar: acesso a saúde, a educação, a eletrificação, a distribuição de água potável, a rede de esgoto, coleta de lixo, transporte público, implantação de infraestruturas que promovam bem-estar, abertura e manutenção de estradas, etc.)

Todas as gestões priorizaram a agricultura e a pecuária, iniciaram com o fortalecimento de atividades que modernizassem o sistema produtivo da agricultura, apoio à criação da Colônia de Pescadores, em seguida foram oferecidos cursos de produção de hortaliças, culturas anuais e outros, à população. Atualmente buscaram parcerias com o governo do Estado, através do programa PPA (Plano Plurianual), onde são adquiridos produtos locais incentivando o desenvolvimento da agricultura familiar, também com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Banco do Nordeste, com abertura a créditos para alavancar a pesca no município, fomentar tanto a pecuária e agricultura.

Quanto aos pontos desfavoráveis, as autoridades municipais apontam que não há razões que venham desfavorecer a emancipação. No tocante, os gestores relatam sobre aspirações em torno da instalação de grandes indústrias e empresas para gerar emprego e mais renda, nas respostas de todos foi declarado que não tiveram esse privilégio para fomentar o crescimento socioeconômico no município, com o ápice da industrialização, isso poderia ser caracterizado como um ponto desfavorável da emancipação. Porém, levando em conta a localização geográfica do município e a falta de profissionalização da população, esses elementos impediriam a possibilidade, então não daria para competir com outros mais estruturados.

Outro ponto desfavorável é a falta de comprometimento das administrações municipais. Com algumas exceções, é possível averiguar que o município encontrará muitas obras

inacabadas, investimentos públicos desperdiçados, geralmente escola, posto de saúde e outros, além de prédios que faltam ser construídos para fixar as secretárias municipais, também calçamento de ruas e aberturas de vias públicas, gradualmente aquilo que a população mais precisa da prestação desses serviços essenciais.

Nesse contexto, os pontos desfavoráveis ficam evidentes as dificuldades que o município perpassa em se desprender das tramas estreitamente agropecuárias e estimular o crescimento econômico por meio da implantação das atividades dos setores secundário e terciário, não restringindo-se apenas às vagas ofertadas pelo serviço público, especialmente da prefeitura (como uma única fonte de emprego no município), e ainda apresenta vícios políticos como assistencialismo e nepotismo. Além disso, efeitos colaterais negativos contribuíram para um desequilíbrio na dinâmica populacional, pois muitos jovens partem para outra cidade, ou estado, em prol de um futuro melhor.

3.3 Avaliação dos Indicadores

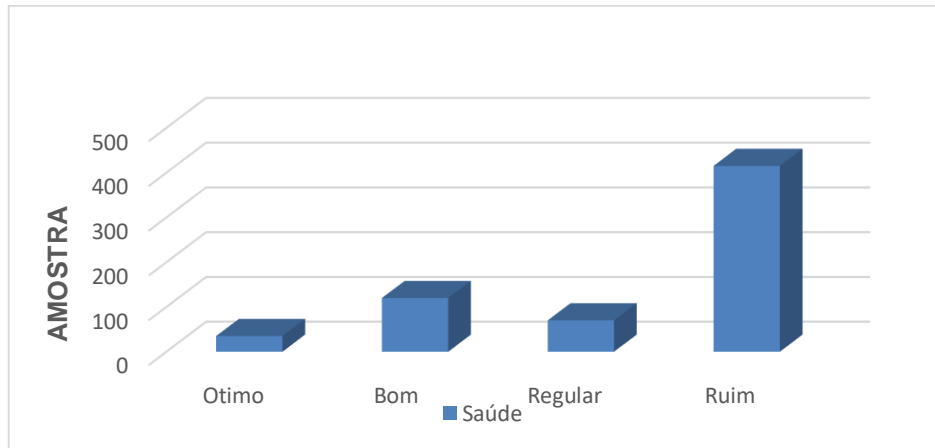
A pesquisa foi feita através da aplicação de questionários formulados em dois blocos: com perguntas “antes/depois da emancipação política de Porto Rico do Maranhão” em que os entrevistados deveriam ter acima de 40 anos, de qualquer sexo. Em suma, verificou-se com maior intensidade os critérios estabelecidos como indicadores da promoção da justiça espacial, pelos quais foram detalhados elementos vinculados à saúde, educação, transportes e infraestrutura urbana, o total de questionários respondidos foi de 640.

Quanto ao setor de saúde antes da emancipação do município de Porto Rico do Maranhão, 35 moradores dos 640 que responderam aos questionários avaliaram como ótimo, que equivale a 5,46% do total; já 18,75% correspondendo a 120 habitantes, aferiram o conceito de bom. No entanto, 70 moradores optaram por regular, o que equivale a 10,93% e 415 qualificaram como ruim, o que corresponde a 64,84% da amostragem (Gráfico 1).

Vale pontuar que a maioria dos entrevistados citaram que era complexa a vida nessa época, devido a precariedade nesse setor principalmente no que diz respeito à distância, ou seja, o acesso à cidade de Cedral e outras da região. Assim aconteceu muita mortalidade de mulheres por aborto (não tinha assistência médica durante a gestação, isto é, o pré-natal), mortalidade infantil (entre eles casos de doenças simples e também a falta de farmácias na região foi determinante para mais estatísticas), pois as famílias eram bem humildes e não possuíam

condições financeiras para levarem o enfermo para outras cidades, bem como os serviços referentes à saúde prestados à população não era qualificado.

Gráfico 1 – Avaliação do setor da saúde de Porto Rico do Maranhão antes da emancipação



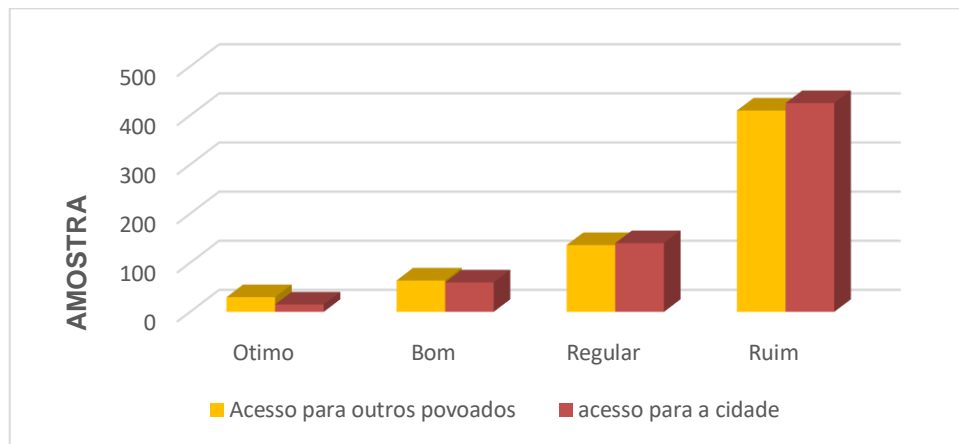
Fonte: A autora (2019).

No setor de estradas e transportes, no quesito ao acesso para outros povoados, 30 moradores avaliaram como ótimo, 4,68% dos 640 questionários aplicados; já 64 moradores que corresponde a 10% do total, qualificaram como bom. Todavia, 136 habitantes aferiram como regular equivalendo a 21,2% e 410 moradores qualificaram como ruim o que equivale a 64%, pois muitos apontaram que não era fácil, ainda não tinha asfalto, era muita areia que formavam trilhas e havia poucos transportes na época.

No quesito acesso para a cidade, 15 pessoas responderam positivamente, qualificando como ótimo, o que equivale a 2,34% do total da amostragem; então 60 moradores, que corresponde 9,37% avaliaram como bom; entretanto 140 habitantes aferiram como regular, correspondendo a 21,8% e 425 moradores avaliaram como ruim; o que equivale a 66,4% da amostragem do Gráfico 2.

Em alguns relatos as pessoas acima de 50 e 60 anos, citaram que andaram muito a pé a lugares longínquos e que alguns animais serviam como transportes, como cavalos e jegues ou então usavam o litoral para se deslocarem a outras cidades, utilizando canoas, barcos, lanchas, etc. Então, a maioria dos entrevistados afirmaram que as vias de acesso para as comunidades interioranas ou outras cidades vizinhas, assim como ruas e avenidas melhoraram mesmo após Porto Rico do Maranhão elevar-se a município.

Gráfico 2 – Avaliação do setor de estradas e transportes de Porto Rico do Maranhão antes da emancipação



Fonte: A autora (2019).

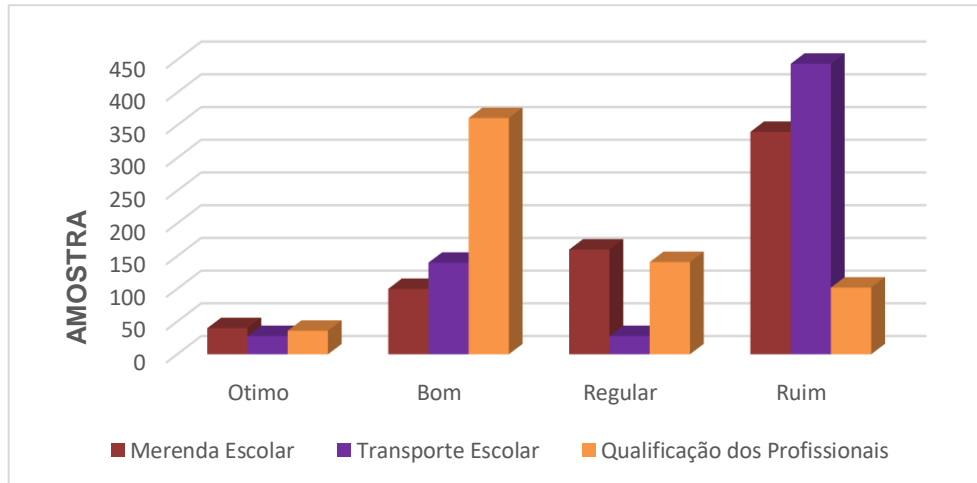
Quanto ao quadro educacional, os conceitos avaliados foram: merenda escolar, transporte escolar e qualificação dos profissionais, que estão no Gráfico 3. As transformações ocorridas na educação, expondo as seguintes realidades no quesito merenda escolar: dos 640 questionários que responderam, 40 habitantes aferiram o conceito de ótimo, equivalendo 6,2% do total e foi considerada como bom por 100 moradores, correspondendo a 15,6%; já 160 moradores atribuíram o conceito de regular, o que corresponde a 25% e 340 moradores avaliaram como ruim, o que equivale a 53%.

No quesito transporte escolar, 28 moradores o que perfaz 4,3% dos questionados, avaliaram como ótimo; 140 moradores correspondendo a 21,8% atribuíram o conceito de bom; 28 habitantes que equivale 4,3% avaliaram como regular e 444 moradores o que corresponde 69,3% da amostra avaliaram como ruim.

Outro quesito avaliado foi a qualificação dos profissionais, 36 moradores aferiram o conceito de ótimo, o que corresponde a 5,6%; 361 moradores outorgaram o conceito de bom correspondendo a 56,4%; já 141 moradores avaliaram como regular o que equivale a 22,03%; conquanto 102 habitantes atribuíram como ruim o que corresponde 15,9% da amostragem.

Contudo, mesmo com toda adversidade dessa época, composta em vários relatos dos entrevistados, comprovam que a educação dos tempos remotos transcende os atrasos e principalmente o confronto com a educação da atualidade. No que diz respeito ao ensino, o professor tinha autoridade na sala de aula, havia aplicação de castigos aos alunos por maus comportamentos, notas baixas, etc., isso, segundo relatos, fazia com que os alunos tivessem desempenho e uma boa aprendizagem, assim eles se sobressaiam melhor para a série posterior.

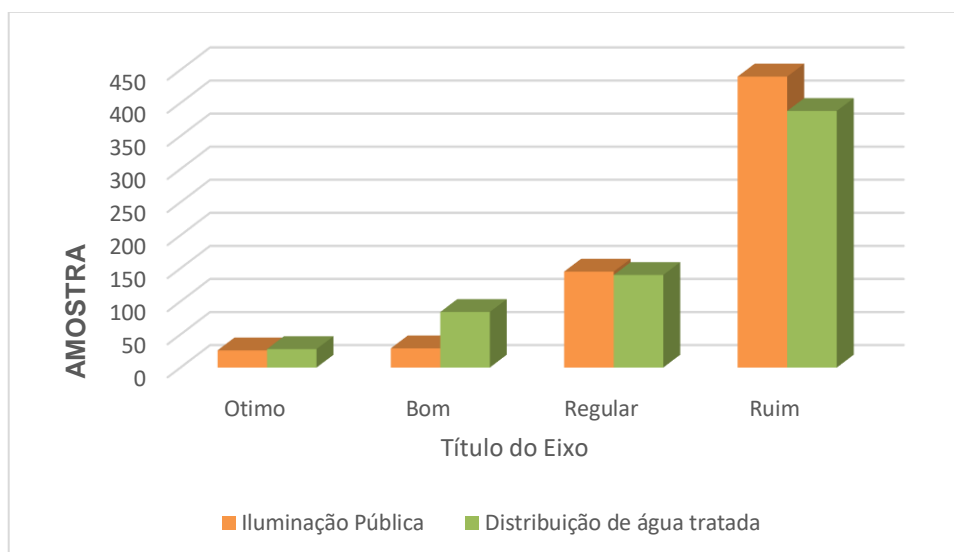
Gráfico 3 – Avaliação do setor educacional de Porto Rico do Maranhão antes da emancipação



Fonte: A autora (2019).

Quanto ao setor de infraestrutura, procurou-se verificar: iluminação pública, ruas pavimentadas e distribuição de água tratada, disponíveis no Gráfico 4. Conforme avaliaram os entrevistados: 26 pessoas atribuíram como ótimo, correspondendo a 4,06 %; 29 habitantes qualificaram como bom, que equivale 4,5%; 145 moradores atribuíram o conceito de regular, correspondendo a 22,6% e 440 moradores aferiram o conceito de ruim, o que perfaz a 68,7% No quesito distribuição de água: 28 pessoas avaliaram como ótimo, que equivale a 4,3%; 84 moradores outorgaram o conceito de bom, correspondendo a 13,1%; 140 moradores consideraram como regular, que equivale a 21,8% e 388 moradores atribuíram como ruim, correspondendo a 60,6% dos questionados.

Gráfico 4 – Avaliação do setor de infraestrutura de Porto Rico do Maranhão antes da emancipação

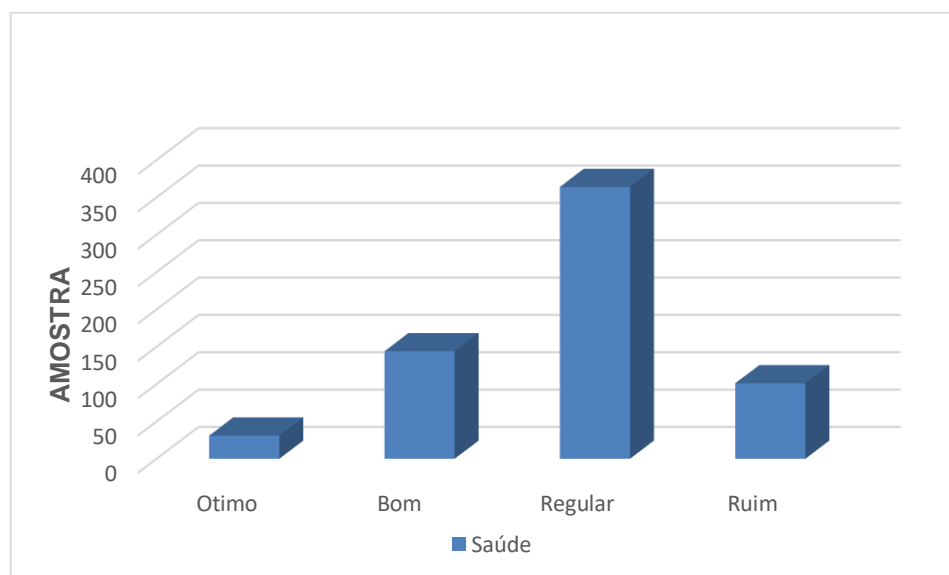


Fonte: A autora (2019).

Dentre as justificativas mais utilizadas estão a inexistência da rede de esgoto e das galerias pluviais, seguida da falta de locais adequados para o lazer e a precariedade da iluminação pública. Portanto, muitos moradores passaram por muitas dificuldades, a rotina não era fácil, principalmente para as comunidades interioranas que sofriam com o descaso por parte da gestão local (da cidade - mãe, Cedral), onde muitos moradores citaram que percebiam as melhorias sociais na primeira gestão, mediante o estado em que o município de Porto Rico do Maranhão se encontrava.

Quanto à realidade de Porto Rico do Maranhão já emancipado, no setor da saúde (Gráfico 5), 31 moradores avaliaram positivamente (ótimo), correspondendo a 4,8%; 22,5%, o que perfaz a quantia de 144 moradores, aferiram o conceito de bom para este setor. Entretanto, 364 moradores avaliaram como regular, o que corresponde a 56,8 % e 101 moradores outorgaram o conceito de ruim o que representa a 15,7%. As transformações ocorridas no setor da saúde foram implantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), que possibilitou a contratação de novos profissionais que pudessem contribuir com a melhor qualidade de vida das pessoas, tais como: Fisioterapeuta, Nutricionista, Ginecologista e Educador Físico; implantação do Programas de Melhorias de Acesso da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ – VS); melhoria na qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ; implementação do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir a oferta de ações e serviços.

Gráfico 5 – Avaliação do setor da saúde de porto rico do maranhão depois da emancipação

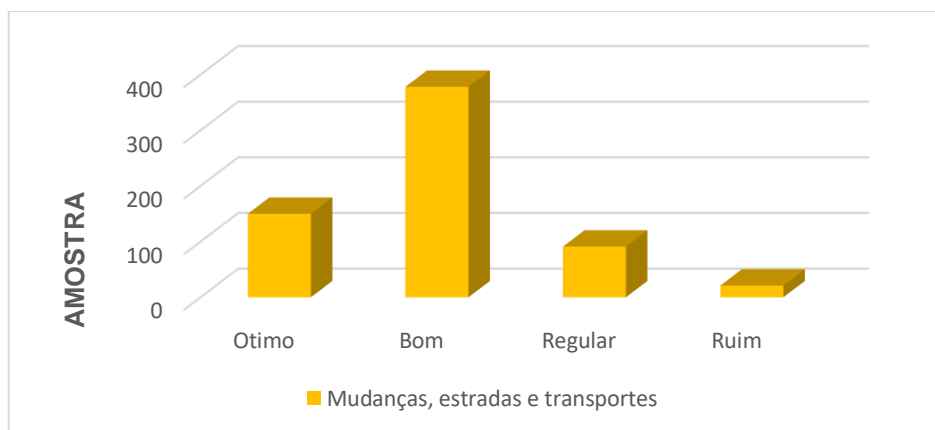


Fonte: A autora (2019).

Atualmente, muitas pessoas estão insatisfeitas com o atendimento nesse setor, mesmo cintoando ter mais médicos especialistas no município (a presença constantemente desses médicos dando consultas zona urbana e rural), assim como medicamentos nos postos de saúde, recuperação ou aquisição dos equipamentos (os aparelhos odontológicos não funcionam) etc.

Já no setor de estradas e transportes, as transformações ocorridas nesse setor também foram consideradas ótimas ou boas, pois 150 questionados qualificaram como ótimo equivalendo, a 23,4% e 378 atribuíram o conceito de bom, o que perfaz a 59,06 % do total da amostra, conforme o Gráfico 6. Assim, o conceito de regular foi atribuído por 91 moradores, o que corresponde a 14,2% e ruim fora aferido por 3,28% das pessoas (21 respostas). Com a argumentação que o modo de viver melhorou, hoje tudo teria se tornado mais fácil, com boas estradas, inclusive até o tempo para viagem que levava dias, agora é questão de horas.

Gráfico 6 – Avaliação do setor de estradas e transportes Porto Rico do Maranhão depois da emancipação



Fonte: A autora (2019).

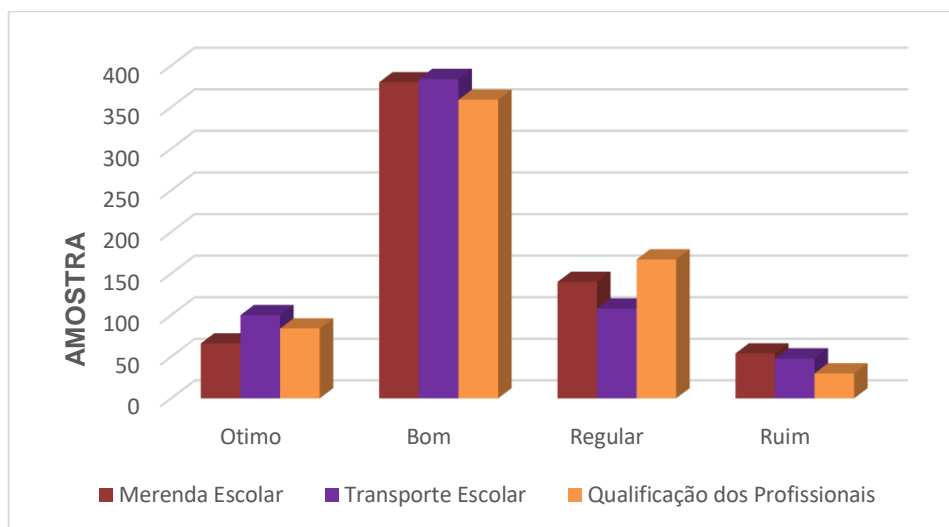
No gráfico 7 consta os índices satisfatórios no setor da educação. Deste modo, no item merenda escolar os conceitos ótimo e bom correspondem a 10,3% e 59,3% da opinião dos munícipes, respectivamente, correspondem a 66 e 380 moradores. Entretanto, outros 140 moradores, o que equivale a 21,8%, aferiram conceito de regular e ruim por 54 habitantes, perfazendo 8,4% das respostas.

Já no item transporte escolar os conceitos ótimo e bom equivale a 15,6% e 60% da opinião dos questionados, avaliados por 100 e 384 moradores. O conceito de regular foi atribuído por 108 moradores, o que corresponde a 16,8 % e ruim fora aferido por 7,5% dos moradores (48 respostas).

No item qualificação dos profissionais atribuíram o conceito de ótimo e bom, correspondem 13% e 56% da opinião dos questionados, o que representa respostas dos 84 e 359 moradores, entretanto o conceito de regular fora outorgado por 167 moradores equivalendo a 26% e ruim foi atribuído por 4, 6% (30 respostas).

Atualmente, a educação passou por bastante mudanças e o aluno contemporâneo tem voz ativa dentro da sala de aula e sua relação com o professor é harmoniosa, mas tem casos que são vistos nos noticiários: alunos agredindo os profissionais da educação, tanto verbalmente ou fisicamente. As mudanças acabaram por facilitar a acessibilidade do ensino na zona rural e urbana e até o ensino superior está abrangente, perpassando por um progresso visível com apreço a tolerância da diversidade. Porém, algumas mães remetem que estão insatisfeitas com o manejo das crianças para outros povoados (anos iniciais e finais, não formaram turmas nos lugarejos), pois estão interferindo na rotina das crianças, além de acordarem bem cedo e isso atrapalha no rendimento escolar devido ao cansaço. Enfim, percebemos alguns avanços, mais está oscilando o rendimento dos alunos não somente neste município.

Gráfico 7 – Avaliação do setor educacional de Porto Rico do Maranhão depois da emancipação



Fonte: A autora (2019).

No setor de infraestrutura, verificou -se a distribuição de água tratada, energia elétrica, iluminação pública, a capacidade de captação da rede de esgoto e das águas pluviais, os serviços da coleta de lixo, a disponibilidade de espaços para lazer, calçadas para pedestres e ruas pavimentadas. Conforme o Gráfico 8, a questão da iluminação pública, ruas pavimentadas e calçadas para pedestres que aproximadamente 12,9% e 62% das opiniões registradas condizem com a conceituação de ótimo e bom, o que corresponde a 83 e 398 moradores; 133 moradores

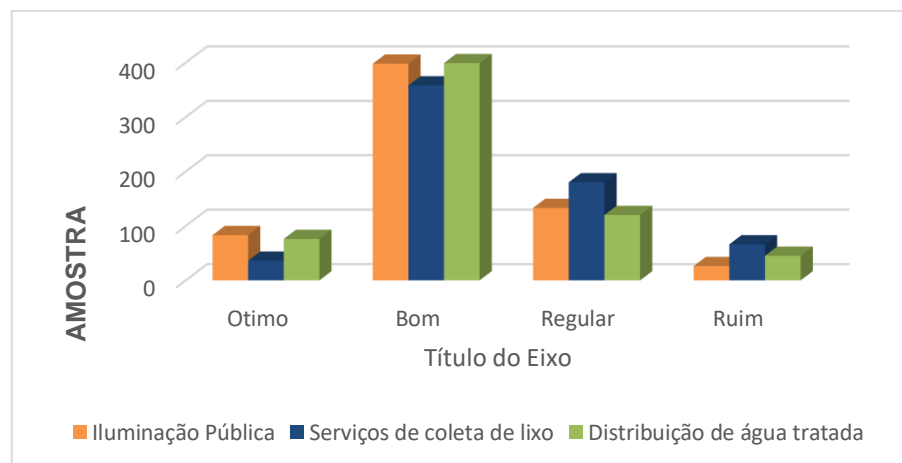
avaliaram o conceito de regular o que equivale a 20,7% e ruim fora atribuído por 4,06% (26 respostas).

Já na questão da captação de rede de esgoto, águas pluviais e serviços de coleta de lixo, fora atribuído o conceito de ótimo e bom, respectivamente são 36 e 358 moradores o que corresponde 5,6% e 55,9%; 180 moradores aferiram o conceito de regular correspondendo a 28% e 66 moradores atribuíram o conceito de ruim equivalendo a 10%.

Outra questão é a distribuição de água tratada avaliaram como ótimo e bom fora atribuído por 11,8% e 62,3% da amostra equivale a 76 e 399 moradores, sendo 120 participantes, ou seja, 18,7 % atribuíram conceito de regular e o ruim fora atribuído por outras 45 pessoas (7% respostas).

Segundo a pesquisa de campo, as principais insatisfações nesse setor estão vinculadas à obras que inicia numa gestão e não finaliza (um desperdício dos recursos públicos), associadas com a ausência da rede de esgoto e da má qualidade da água distribuída aos moradores da zona urbana, no tocante ao gosto e a cor. Em contrapartida, estão insatisfeitos com a pavimentação das ruas, com as calçadas e coleta de lixo que não há existência da seletiva.

Gráfico 8 – Avaliação do setor de infraestrutura de Porto Rico do Maranhão depois da emancipação



Fonte: A autora (2019).

Assim, os dados comparativos permitem compreender que mesmo com a permanência de uma diversidade de problemas nos setores pesquisados, a população situa como positivo o processo de emancipação municipal, uma vez que constata melhorias nos índices quantitativos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A explosão das emancipações de micro e pequenas municipalidades, baseadas em motivos equivocados, principalmente decorrentes dos critérios de distribuição do FPM, contribuiu para agravar as distorções na partilha dessas transferências, onde o processo emancipatório foi em boa parte estimulado por interesses políticos locais, não conseguem gerar suas próprias receitas e passam a depender fortemente delas. Por seu tamanho, geram deseconomias de escala e ineficiência, ao incorrerem em custos administrativos desproporcionais às suas populações.

Com fundamentos nas pesquisas e informações mediante a sociedade e atores políticos o que era peculiar antes da emancipação: escolas mal estruturadas ofertando o ensino básico, as estradas eram péssimas e com o inverno deixava a localidade isolada de outras, era evidente que não tinha acesso água tratada e energia elétrica, acontecia excessos de negligencia na saúde e os governos locais não tentavam corrigir as falhas. Enfim, condições gritantes que passaram os cidadãos desse município, precisamente após emancipação a realidade é outra, e os serviços básicos são voltados ao atendimento específico com intuito de mais justiça social.

Entre as justificativas para a emancipação constatou - se que a população aderiu o processo municipal como positivamente, de modo que aconteceram transformações advindas com a mesma, afirmam que teve melhorias em serviços de saúde, habitação, educação e outros setores. Quanto aos atores envolvidos em seus relatos não consideram a emancipação negativa, eles representam interesses particulares que não seriam ações governamentais. Obviamente, que os motivos deles destroem o cenário democrático como fortalecimento da democracia.

A emancipação político-administrativa de Porto Rico do Maranhão foi abordado para mostrar que a realidade econômica ainda é insatisfatória, em princípio, apenas colaborou para os anseios populacional, pois conseguiu fazer valer sua função social de ofertar condições, pelo menos os serviços básicos. Neste sentido, a garantia é de que a população tenha acesso, mesmo que ainda não seja o idealizado: à saúde, educação, transporte, infraestrutura urbana etc.

Em suma, o município de Porto Rico do MA, fez 25 anos de emancipação, há muito o que se fazer pelo mesmo, expressamente pelo bem-estar social que se traduzem em melhorias sociais aos habitantes e explorar mais as belezas naturais como atrações turísticas locais.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Mariana. Cidade mais jovem do Brasil, expõe dilemas sobre criação de municípios. **BBC New Brasil**, São Paulo, 5 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44932862>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- CIGOLINI, A. A. **Território e criação de municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CUNHA, Alexandre dos Santos; MEDEIROS, Bernardo de Abreu; AQUINO, Luseni Maria C. de (Org.). **Estado, instituições e democracia**: república. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, cap. 5, p. 177-207. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9).
- IBGE. **Censo demográfico 2010**: series temporais. Rio de Janeiro: IBGE, ([2010]). Disponível em: sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/. Acesso em: 12 set. 2019.
- NICACIO, Beto; ARAUJO, Iramir. Quem fez muito pelo presente pode fazer um futuro ainda melhor. **Revista Porto Rico – Maranhão**, Porto Rico do Maranhão, v. 1, p.1- 27, 1997. Produtora: Nádia Nicácio. Jornalista responsável: Flávia Regina.
- ZINKE, Idair Augusto. **O processo e os atores da emancipação político-administrativa de Boa Ventura de São Roque/ PR**. (Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2017.
- ZORZANELLO, Liamar Bonatti. **Território e justiça espacial**: Goioxim e Marquinho e o processo de emancipação político-administrativa. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.